

Por um olhar para a Angola que funciona

MARCELA SANTANDER

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-4974-556X>
mazzinha@gmail.com

Da água ao vinho é uma contribuição inovadora para os campos de estudos angolanistas. Não se trata da tese de doutorado da autora, que olhou para os contextos de circulação transnacional de angolanos no Atlântico Sul (:40), e que incluiu um período de doze semanas no Rio de Janeiro, onde ela aprendeu português e onde angolanos frequentemente vinham para aumentar seu capital cultural. Sem explorar densamente os laços históricos e culturais entre os dois países, o foco é em sua pesquisa de campo mais extensa em Angola, entre 2013 e 2014, e de onde vieram os registros textuais e fotográficos que figuram no livro. Auerbach deixa claro logo de início que não pretende propor postulados antropológicos, mas descrever suas próprias experiências subjetivas durante o trabalho de campo realizado na cidade de Lobito, afastado, portanto, de Luanda.

Luanda, capital de Angola, concentra a maior parte dos trabalhos etnográficos recentes sobre o país, mas é importante apontar que este é um campo relativamente escasso; num primeiro momento, pelas dificuldades impostas pelo regime colonial e pelas lutas de libertação, e depois pela instauração da guerra civil entre o partido no governo – o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), apoiado pela antiga URSS e por Cuba – e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), que desde a libertação contestou a legitimidade do governo autoproclamado do MPLA e contou com apoio dos Estados Unidos e África do Sul. De modo geral, há grandes esforços alhures empreendidos na compreensão das questões políticas de Angola; foram objetos de estudos históricos e antropológicos diversos aspectos do país: o colonialismo, as geopolíticas das guerras, os movimentos de libertação, suas lideranças, como Agostinho Neto e Jonas Savimbi, a formação social angolana, as missões católicas e protestantes, as guerras por procuração, questões econômicas que envolvem petróleo e mineração, dentre outros, compondo um corpo teórico de estudos que explicitam a diversidade

de conflitos e interesses que se entrelaçam no país. Ao passo que boa parte da produção antropológica se debruça, pois, com afinco às questões políticas do país, Jess Auerbach apresenta uma etnografia que objetiva outra visão, talvez mais positiva, de Angola.

É nesse sentido que o livro da sul-africana traz uma proposta bastante instigante: olhar para a classe média angolana atentando para “o que está funcionando”. Isso não é pouca coisa considerando essas guerras na última metade do século XX, lembrando que a guerra civil com a Unita, iniciada em 1975, só terminou em 2002. Em termos práticos, temos uma geração de pessoas cujas vivências e histórias estão perpassadas por experiências muito recentes de conflitos, violências e suas consequências adversas. Não obstante, esses angolanos estão no intenso exercício da prática da paz num país onde há possibilidades latentes de futuro, ainda que isso por vezes demande algum trabalho para a (re)construção do presente e do passado histórico. Da literatura à propaganda estatal, faz-se presente o compromisso com a tarefa de enfatizar a paz no cotidiano, reafirmando o fim da guerra e o novo momento de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento, uma “reformulação nacional necessária para a emergência do estado neoliberal” (:192). A autora indica que esse momento coincidiu com o aumento do preço do petróleo no mercado internacional, impulsionando a entrada de capital estrangeiro no país, inclusive com muitos salários pagos em dólar (:45).

A alusão do título da obra à parábola cristã é bastante perspicaz: Angola é um país predominantemente cristão, vestígio da colonização portuguesa e da intensa presença das missões, católicas e protestantes, que impuseram as religiões cristãs a boa parte das populações nativas – o que não sucumbiu com a adoção do socialismo no pós-independência. Auerbach dá pistas, ainda, da transformação vivida por determinados indivíduos com o fim da guerra civil, que inclui, mas não se restringe a, aspectos financeiros. Trata-se de um acréscimo de valores que se traduzem numa certa “melhora” na vida: “como o poder de consumo cotidiano das pessoas cresceu, eles foram capazes de consumir não apenas água para beber, mas também vinho. Essa mudança acentuada em suas realidades materiais ajudou pessoas comuns a “acreditarem” na paz” (:36). Já o subtítulo “tornando-se classe média”, no gerúndio, aponta para o caráter processual, algo que não está dado. Isso se torna mais evidente ao passo que a autora demonstra sua preocupação com os impactos decorrentes da queda do preço do barril de petróleo no fim de 2014, ou da mudança do presidente em 2017, (:43) apontando para a fragilidade de tais classificações num sistema apresentado como “capitalismo selvagem”.

Antes de explorar o que é ser classe média num dos lugares mais caros do mundo, onde a água é mais cara que o petróleo – ideia presente no título da introdução e retomada em um dos poemas (:113) – detenho-me num ponto que me chamou atenção e que com o qual a autora alega ter se “digladiado” (:37): o esforço na tradução da expressão “capitalismo selvagem” para a língua inglesa. Ora, enquanto falantes de português, encontramos o termo coloquialmente utilizado e criaremos concepções mais ou menos próximas do que Auerbach tenta descrever. Estamos, para o bem da verdade, diante de um capitalismo mercadológico, globalizado, que também nos levaria a problematizar seu termo, o neoliberalismo, e suas contradições, como as competições entre indivíduos. Em nosso português, a expressão está menos atrelada aos estereótipos europeus e estadunidenses de que ligam a África à selva – e isso se deve em parte pela existência de dois termos com conotações diferentes que poderiam ser utilizados: *wild* e

jungle. Já aqui temos um primeiro vislumbre não só do trabalho refinado da autora em teorizar sobre a antropologia, mas sobretudo de seu compromisso em explicitar os anseios, as dúvidas, os dilemas e as escolhas que residem por trás de nossos trabalhos de campo e de escrita etnográfica.

Não obstante, volto-me ao significado da classe média, cujos representantes apresentam suas trajetórias ao longo dos cinco capítulos. A autora não tece grandes questionamentos à importância que seus interlocutores dão às suas narrativas obcecadas por aspirações e propósitos, ou ao seu próprio interesse pelo crescimento dessa autodefinida classe média. No limite, caberia uma reflexão sobre o que significa esse crescimento, que parece encontrar sua definição no entrelaçamento entre ascensão e consumo e que representa um certo tipo de desenvolvimento. No entanto, o processo de ascensão social é tido como auto evidente; não há uma delimitação ou uma discussão mais clássica de quem seria essa classe média tomada do senso comum. Como a própria autora aponta, trata-se de um “termo usado na linguagem do dia a dia para incluir pessoas que não estão nem passando fome, nem voando pelo mundo em jatos particulares” (:44) – aqui reside o risco que corremos ao tomar uma categoria usual de nossos interlocutores, como “classe média”, que neste caso condensa um escrutínio interminável dentro das ciências sociais. A despeito disso, é interessante acompanhar nas narrativas o sentido que “classe média” assume para os próprios angolanos.

A historiografia angolana na composição de classes

Se o enfoque na classe média é um tema novo para os estudos angolanos, sejam antropológicos ou não, aqui também reside uma lacuna do texto que pretendo explorar: ao tentar se desvencilhar da política angolana, Auerbach deixa não só de explicar a ascensão dessa classe média que se propõe a estudar, como deixa também de se aprofundar em sua constituição histórica, atrelada às ascensões das elites. Embora a autora aponte para a proeminência de um “pequeno grupo de elites” (:33) que esteve e permanece no poder, ela argumenta também que cada vez mais pessoas que não tinham conexões com a política ou com famílias tradicionais passaram a ter acesso a um padrão de vida mais alto, apontando para mudanças significativas nos modos de vida e de consumo, incluindo a educação. Meu argumento é principalmente que em 2014, mesmo quatro décadas após a independência, podemos encontrar um continuum com a configuração social imposta pelo colonialismo.

Ao longo da historiografia angolana, encontram-se referências a um certo subdesenvolvimento que estaria presente no modo de colonialismo português, ligado, por exemplo, à ideia da pobreza material do colono abordada por Thomaz (1996), que fundamentou muito da teoria luso-tropicalista e que elucidada de que forma as estruturas políticas locais se ligavam à economia colonial. Em Luanda – como documentado também em outras partes de Angola, como no Planalto Central (Dulley, 2015), Ambaca e Cabinda (Wheeler & Pélissier, 2009) – notou-se a ascensão de elites econômicas nativas ligadas às distintas fases do colonialismo e da presença portuguesa em Angola, como funcionalismo público, exploração de minérios, o cultivo de monoculturas, como o café, e mesmo o tráfico de pessoas para escravização. Vale apontar ainda que a própria

história do MPLA está ligada à elite local a qual Auerbach se refere (Bittencourt, 1999; Tali, 2001), o que se repete nos demais movimentos de libertação das décadas de 1960 e 1970.

Isso porque, primeiro, a colonização de Angola é marcada por avanços e retrocessos, especialmente quando se pensa no interior e no norte do país, áreas onde os portugueses encontraram muitas dificuldades para adentrar – seja pela resistência das populações, sejam por questões relacionadas à geografia e condições climáticas. Aqui vale ressaltar que Lobito, no entanto, é uma cidade costeira que não demorou a ser integrada às rotas comerciais dos europeus e, portanto, guarda mais similaridades com Luanda que com o Planalto. Segundo, e sobretudo, porque a chegada portuguesa em Angola, que data de 1484 com Diogo Cão, foi inicialmente marcada pelo colonialismo de exploração – assim como nas demais colônias, incluindo o Brasil. Em decorrência desse modelo, como apontou sucintamente Auerbach, houve a emergência de elites locais que ao longo de séculos estiveram vinculadas ao aparelho estatal, governamental, que gozava de privilégios junto aos europeus (não só portugueses) e participavam ativamente das transações comerciais, nacionais e transnacionais, ocupando posições de prestígio na sociedade, como apontado por Wheeler e Pélissier (2009). Não obstante, os atributos frequentemente associados à uma certa classe crioula, à criouliidade, dão conta dessa imbricação, ou intermediação entre europeus e africanos, como mencionados em trabalhos de estudiosos, como Dias (1984), Conceição Neto (1997) e Bittencourt (1999).

É apenas após a Conferência de Berlim, de 1885 – na conhecida “Partilha da África” – que Angola converte-se à colônia de povoamento para que Portugal pudesse manter o domínio sobre o território. No entanto, os colonos que chegaram à Angola eram em grande medida portugueses pobres, condenados e outros, ou seja, aqueles indesejáveis na metrópole colonial (Messiant, 2006). Nesse período havia muitos *assimilados* em Angola. Durante a República Portuguesa, período compreendido entre 1910 e 1926, qualquer negro que falasse português e soubesse ler e escrever era categorizado como civilizado. Com o início do Estado Novo português, em 1926, houve o endurecimento do controle sobre as colônias, intensificando as distinções entre angolanos e portugueses através do Regime do Indigenato, brevemente mencionado pela autora, com referências em nota de rodapé (:125). Tal estatuto esteve em vigor até 1961 e a partir dele, apenas aos brancos era reservada a categoria de civilizado, num esforço de proteger portugueses menos qualificados da concorrência com nativos. Aos negros e mestiços restaram as categorias de indígena – aqueles que seriam explorados como mão de obra, pagariam impostos e estariam sujeitos a outros constrangimentos –, e a categoria de assimilado, pleiteada através da comprovação da gradual incorporação de valores portugueses.

Ser assimilado afastava o angolano do trabalho compulsório e concedia certa autonomia de trabalho e deslocamento. Assim, a política de assimilação vendia-se como instrumento de ascensão econômica e social, reivindicando o mito do luso-tropicalismo e sua democracia racial. No limite, porém, o Estatuto do Indigenato representou uma estratégia de dominação e controle político ao articular burocracia e raça, determinando possibilidades e impossibilidades dos angolanos. Essa proteção aos portugueses reverberou, inclusive, como mostra Gastrow (2020), em uma reformulação dos centros urbanos, com a construção de estradas e grandes projetos imobiliários, que deslocou a população angolana, incluindo parte da elite mestiça luandense, para os *musseques*, construções precárias nas periferias das cidades costeiras que se aproximam das favelas brasileiras.

Se por um lado nem “crioulos”, nem elites são automaticamente transpostos ou redutíveis à categoria de assimilados, um olhar mais atento sugere que há mais continuidades da elite e do colonialismo que grandes rupturas. O viés racialista da classificação imposta instituiu, ainda, uma posição ambígua aos mestiços, que reverberou no pós-independência. Mestiços eram lidos de forma mais positiva que indígenas e tinham o estatuto de assimilado mais facilmente concedido. Os próprios capitais simbólicos que são brilhantemente trazidos por Auerbach ao longo do livro já eram acionados como distintivos na época do colonialismo português e serviam como demonstrativos da assimilação.

Dessa forma, acredito não ser possível desatrelar o contexto de formação da sociedade no pós-independência da imbricação marcante entre economia e Estado em Angola, que privilegia certas camadas sociais ligadas ao governo instaurado, ou mesmo a determinadas classes – uma menção à Messiant (2009) e à “oleocracia” teria sido de grande pertinência, ou mesmo às obras literárias (mas nem tanto) de Pepetela (2008), como *Predadores*. Meu argumento é que, no fim das contas, em Angola essas coisas andam juntas e, ao não dizê-las, perdemos na compreensão de como o neoliberalismo eventualmente opera não em “paralelo a” ou “apesar de” um governo mais ou menos autoritário, mas associado a ele. Tais pontos aqui são essenciais para compreender uma não ruptura com a estrutura posta pelo colonialismo. A autora está ciente disso: “branquitude era associada à riqueza” (:42).

Com isso em mente, volto à obra. Auerbach está, então, atenta à emergência de uma classe média deliberadamente apresentada como “aqueles que têm um carro, uma casa e educação [...] pessoas que não estão nem passando fome, nem voando pelo mundo em jatos particulares” (:44), essas três coisas permitiriam às pessoas fazerem suas próprias escolhas na maior parte dos domínios de sua vida. É interessante, como prenunciado, acompanhar como determinados capitais simbólicos vão se articulando enquanto marcadores distintivos de uma posição social. É, inclusive, a foto de um carro vermelho “de classe média” tirado por Auerbach que ilustra a capa da edição.

Uma etnografia pelos sentidos

Considero pressupostos bem clássicos das ciências sociais para justapor classe e estratificação social. Entendo, assim, a classe média da autora como categoria econômica definida a partir não apenas de suas relações com o capital e com sua força de trabalho, mas sobretudo atrelada ao acesso diferenciado a bens sociais – educação, saúde, moradia, gastronomia, transporte, viagens – e na conversão desses bens sociais em bens de consumo – casa, carro, moda, perfumes. Dessa maneira, ter um carro é lido como ter também algum controle sobre tempo e sobre o ambiente, a casa está ligada à estabilidade, e o capital cultural, proveniente da educação, permite a apreensão dos modos de vida distintivos de classe, ou seja, o *habitus* da classe média angolana, numa chave bourdiana. A noção de distinção de Pierre Bourdieu (1984) não só ecoa pela obra como é também mencionada pela autora (:46).

Essa transposição dos bens sociais em mercadorias → bens de consumo → signos sociais é apresentada de maneira muito amarrada pela autora, que explora como os sentidos são corporificados e expressam tais signos, convertendo-os em prestígio e distinção. E assim a autora segue com os capítulos, vinculando

cada um dos cinco sentidos a um tema relevante sobre Angola e sobre o fazer etnográfico, somando novas dimensões de pertença e mobilidade de classe, adensando a primeira definição simplista de classe média.

No primeiro capítulo, Auerbach demonstra de forma magistral que o cheiro, por si só, tem muito a dizer como marcador de classe, pois remonta às origens e às possibilidades. A autora observa como perfumes (ou a falta deles) não são apenas cheiro, na medida em que adquirem um lugar proeminente como fator social importante na classe média angolana, símbolo de circulação transnacional. Podemos pensar como Sahlins (1997) apontou para a influência positiva das incorporações de objetos e experiências estrangeiras como “poderes culturais” sobre relações locais, fazendo com que as migrações se articulem às ambições locais.

No capítulo dois, a autora relata sua experiência no escotismo através do tato, no sentido emocional de ser tocada por uma instituição (divertida, salienta) pouco abordada nas etnografias angolanas mas que ocupa um lugar interessante na emergência de um país em paz. Primeiro por sua reputação que remete a uma moralidade requerida – e que leva a certos benefícios materiais. As controvérsias do governo do MPLA ficam nas entrelinhas quando a autora explica que, a despeito de sua independência política, os escoteiros “operam de maneira transparente o suficiente para permanecerem inteligíveis e garantir a confiança do MPLA” (:96). O tato é ainda explorado pelo entrelaçamento entre textura e classe social, que “localiza um indivíduo em espaços sociais, econômicos e materiais” (:94). A partir do pano, tecido típico de algodão tingido, Auerbach aborda ainda como as texturas tecem a ideia de um novo homem, afastado de seu significado original oriundo do comunismo, e imaginado num país diferente daquele do passado, não só na ideologia e na ausência de guerra: “[a]s texturas do “novo homem” eram suaves, limpas e puras: calças de pano de qualidade, ar-condicionado nas vans que os levavam aos eventos” (:107). Além da materialidade dos tecidos, era preciso qualidade numa “estrutura moral e social” (:111) que pudesse fazer emergir uma Nova Angola próspera sob condições do “capitalismo selvagem”.

Receitas de pratos típicos angolanos, que o leitor pode se sentir tentado a fazer em casa, abrem o terceiro capítulo, sobre o paladar. Auerbach não se prende às dimensões circunscritas ao comer, mas expande o palatável ao que pode ser saboreado de outras maneiras. Assim, ela traz histórias de vida de proprietários de restaurantes e de designers de moda, observando o gosto enquanto constitutivo de um modo próprio e, portanto, distintivo de experienciar o mundo: “ele saboreava as reações de seus clientes às estranhas texturas e sabores de suas criações” (:126). A gastronomia é também uma interessante entrada para pensar as relações geracionais, exemplificando como certos sujeitos percebem a mudança do sistema vigente. Dona Maria, com seus pratos de funge e peixe fresco, revive o projeto de nação dos discursos do MPLA de outrora, onde o imaginário da exaltação da angolanidade se realizava na unificação dos angolanos ao redor de certas crenças e práticas culturais, incluindo a culinária; os sushis e a pizza remetem, por outro lado, à abertura do país ao capitalismo que proporciona acesso a novos sabores e novos modos de estar no mundo. Há uma tensão entre tradição e cosmopolitismo que também pode ser pensado em termos geracionais.

O capítulo quatro explora o som; através da audição, Auerbach analisa a educação. No entanto, se ela cita a educação como constitutivo da classe média, não explica como isso se dá. Como

se supõe no Brasil, podemos ser levados a interpretar que mais educação significa possibilidades de mobilidade de classe. Como a raça, a educação em Angola também tem um caráter distintivo desde o colonialismo, já que para ser considerado assimilado durante o Regime do Indigenato era fundamental ter domínio da língua portuguesa e de costumes europeus (civilizados). Assim, eram as missões cristãs as grandes fornecedoras da educação no país, o que explica em partes porque temos uma maioria da população cristã. Não obstante, era comum às elites nativas angolanas que enviassem seus filhos ao exterior, sobretudo a Portugal, para que recebessem educação superior – a primeira universidade angolana data de 1963, hoje Universidade Agostinho Neto. Há, portanto, uma geração de intelectuais formada majoritariamente no exterior. Isso é interessante se olharmos para os quadros que eventualmente constituem as duas universidades que figuram na obra, e pensar os emaranhados entre os sistemas econômico, político e ideológico. A partir deste capítulo podemos pensar também a politização dos campi universitários articulado ao oferecimento do ensino superior público e privado no país, que aos poucos se estabelece nos moldes do “capitalismo selvagem”: bem-sucedido e mercadológico. Em artigo recente, Auerbach (2022) volta-se mais uma vez ao tema e aprofunda-o.

O capítulo cinco trata da visão. Tanto a visão de Angola para angolanos e para fora, quanto à visão da e na antropologia. As redes sociais são acionadas tanto para explorar os modos que a imagem de nação era forjada quanto para compartilhar os constrangimentos que sucederam suas interações (ingênuas, talvez) com seus interlocutores, que incluíram posições lidas pelo governo como contrárias ao partido. Diante de uma república autoritária e vigilante, como Angola, ela expõe dilemas éticos que concernem à (não) neutralidade do antropólogo em campo. Em grande medida esta é uma etnografia do etnografar. Auerbach vai etnografando o próprio trabalho de campo enquanto compartilha e reflete sobre suas próprias experiências. Não se trata de uma receita – mas há indicações de leituras, pontos para olhar, perguntas a se fazer. Por fim, na conclusão ela discorre sobre “uma curiosidade disciplinada e focada” (:33) como sentido fundamental para produção de análises engajadas, interessadas e interessantes.

A importância do belo e do importar-se

Em todos os capítulos as lacunas são preenchidas ao modo angolano: por não ditos reiterados – e isso é diferente de apenas silêncios ocasionais. As citações foram escolhidas pela autora com bastante minúcia, permitindo que o(a) leitor(a) interprete nas entrelinhas as questões pertinentes à intervenção estatal, seja no recrutamento de um proeminente líder escoteiro, no quadrinho dos 15+2, nas visitas aos perfis de redes sociais ou nas campanhas pela imagem de paz e prosperidade. Essa onipresença do governo no cotidiano das pessoas, por um lado, pode ser apreendida como algo que não está funcionando, por outro, cabe reiterar que Auerbach fez uma escolha política, consciente e concisa para responder sua pergunta de pesquisa: “o que está funcionando em Angola?”. Para tanto, deixa sim de lado certos aspectos que podem incomodar estudiosos mais acostumados a discussões analíticas a partir da economia e da política, com críticas ao Estado autoritário, mas ao voltar sua atenção e seu olhar para o cotidiano, descrevendo

lugares e biografias com o enfoque particular de procurar felicidade, ela nos oferece múltiplas narrativas de pessoas comuns buscando significações e prosperar em condições adversas.

Nesse sentido, é inegável o esforço empreendido pela autora em proporcionar um novo olhar sobre o país, apontando para as belezas e para as possibilidades, em resposta às representações estereotipadas da vida e das precarizações na África, em geral, e em Angola, em particular. A obra não trata apenas de esperança, mas de resiliências. De recomeços. Do que insiste em não se deixar ruir por completo (Tsing, 2015). Se as *storytellers* são cada vez mais usuais nas pesquisas antropológicas, Auerbach conta com muita sensibilidade histórias, trajetórias e aspirações.

Além da curiosidade, há mais um sentido que permeia toda a obra: a preocupação genuína com as pessoas, para além de seu compromisso em explicitar que seu trabalho atende aos comitês mais rigorosos de ética em pesquisa, preservando a identidade de seus interlocutores, por exemplo. A versão em português do livro é de acesso aberto, tendo sido negociada com a ABA sua distribuição gratuita, para que pudesse circular em Angola. Pessoalmente, aprecio muito o posicionamento da autora e sua preocupação em ser lida pelos próprios angolanos que contaram suas histórias, o que se confirma no uso de uma linguagem acessível. Ademais, a despeito de não estarmos diante de um trabalho sobre teoria antropológica, temos um livro de metodologia, de etnografia, que lança mão de artifícios sagazes para se conectar com estudantes de graduação da atual geração: das poesias e imagens mais tradicionais aos links, playlists de músicas, páginas de Facebook ou vídeo de Youtube. Como ela destaca: “se importar é importante” (:25).

Da água ao vinho é uma obra fluida, instigante e revigorante. Fluida e instigante para leitoras e leitores com interesse em histórias reais, de pessoas reais; revigorante para a antropologia, na medida em que extrapola nossas reflexões usuais sobre o fazer etnográfico e escancara os bastidores do trabalho de campo. É ainda um livro que muito contribui para os estudos atuais sobre classe, consumo e circulação na África e no dito Sul Global. Para os estudiosos de Angola, a grande contribuição é explorar o não convencional, como o belo, Lobito e os afetos.

Marcela Santander é Mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

REFERÊNCIAS

- Auerbach, J. (2021). *Da água ao vinho: tornando-se classe média em Angola*. São Carlos: Áporo Editorial; Brasília: ABA Publicações. <https://doi.org/10.48006/9786500218749>
- Auerbach, J. (2022). Expanding available futures: ideological contestation in Angola's emerging higher education sector. *Comparative Education Review*, 66(1). <https://doi.org/10.1086/717552>
- Bittencourt, M. (1999). *Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Vega.

- Bourdieu, P. (1984). *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Cambridge: Harvard University Press.
- Conceição Neto, M. (1997). Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. *Lusotopie*, 4, 327-357.
- Dias, J. R. (1984). Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 1, 61-94.
- Dulley, I. (2015). A historiografia sobre a “conversão” nas colônias portuguesas na África e a trajetória de Jesse Chiula Chipenda. *África*, 35, 57-86. <https://doi.org/10.11606/issn.2526-303X.v0i35p57-86>
- Gastrow, C. (2020). Housing middle-classness: formality and the making of distinction in Luanda. *Africa*, 90(3), 509-528. <https://doi.org/10.1017/S0001972020000054>
- Messiant, C. (2006). *L'Angola colonial, histoire et société. Les prémisses du mouvement nationaliste*. Basel: P. Schlettwein Publishing. <https://doi.org/10.3917/kart.mess.2009.01>
- Messiant, C. (2009). *L'Angola postcolonial: sociologie d'une oléocratie*. Paris: Karthala.
- Pepetela. (2008). *Predadores*. Rio de Janeiro: Língua Geral.
- Sahlins, M. (1997). O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). *Mana*, 3(2), 103-150. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000200004>
- Tali, J. M. M. (2001). *Dissidências e poder de estado - o MPLA perante si próprio (1962-1977): ensaio de história política*. Luanda: Nzila.
- Thomaz, O. R. (1996) Do saber colonial ao luso-tropicalismo: "raça" e "nação" nas primeiras décadas do salazarismo. In M. C. Maio, & R. V. Santos (orgs.). *Raça, ciência e sociedade* (pp. 84-106). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Tsing, A. L. (2015). *The Mushroom at the end of the world*. Princeton: Princeton University Press.
- Wheeler, D., & Pélissier, R. (2009). *História de Angola*. Lisboa: Tinta-da-China.

POR UM OLHAR PARA A ANGOLA QUE FUNCIONA

Resumo: Avalio a relevância da obra da antropóloga sul-africana Jess Auerbach à luz da formação da sociedade angolana ao longo do período colonial. Argumento, do ponto de vista dos estudos angolanistas, que a independência do país não acarretou rupturas robustas que tenham alterado o funcionamento da sociedade e que, portanto, não é possível desvencilhar a historicidade do contexto contemporâneo onde está inserida a classe média analisada. Ainda assim, as contribuições da autora para a antropologia atravessam toda a obra: a didática, a transparência e as reflexões sobre o trabalho de campo, a escrita e o ensino da disciplina torna a obra instigante e necessária.

Palavras-chave: classe média; colonialismo; Angola pós-colonial.

A GAZE ON ANGOLA THAT FUNCTIONS

Abstract: This essay assesses the significance of the work of South African anthropologist Jess Auerbach considering the formation of Angolan society during the colonial period. From the perspective of Angolan studies, I argue that Angola's independence did not bring about robust ruptures that altered the functioning of society, and therefore, it is not possible to disentangle the historicity of the contemporary context in which the analyzed middle class is situated. Despite this, the author's contributions to anthropology permeate the entire work: the didacticism, transparency, and reflections on fieldwork, writing, and teaching the discipline make the work stimulating and necessary.

Keywords: middle class; colonialism; post-colonial Angola.

UNA MIRADA SOBRE ANGOLA QUE FUNCIONA

Resumen: Este ensayo evalúa la relevancia del trabajo de la antropóloga sudafricana Jess Auerbach en el contexto de la formación de la sociedad angolana durante el período colonial. Desde la perspectiva de los estudios angolanos, argumento que la independencia del país no trajo rupturas robustas que alteraran el funcionamiento de la sociedad, por lo que no es posible desentrañar la historicidad del contexto contemporáneo en el que se sitúa la clase media analizada. A pesar de esto, las contribuciones de la autora a la antropología se extienden a todo el trabajo: la didacticidad, la transparencia y las reflexiones sobre el trabajo de campo, la escritura y el enseñanza de la disciplina hacen que el trabajo sea estimulante y necesario.

Palabras clave: clase media; colonialismo; Angola poscolonial.

RECEBIDO: 28/06/2022

APROVADO: 21/12/2022

PUBLICADO: 01/07/2024



Este é um material publicado em acesso
aberto sob a licença *Creative Commons*
BY-NC